



Revista dos discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar

Desafios e possibilidades do ensino de política no Ensino Médio em Sociologia

Challenges and possibilities of teaching politics in High School Sociology

Ana Paula Ferreira¹

Resumo: São diversos os entraves que dificultam o trabalho de política no Ensino Médio em Sociologia. Entretanto, para além de um panorama de denúncia da realidade, é objetivo deste trabalho apresentar possibilidades de modo que um tema tão importante esteja presente na formação cidadã, na defesa de uma sociedade mais democrática e com mais justiça social. Para esse intento, há tanto uma pesquisa bibliográfica quanto a utilização de fontes primárias, leis e currículo para o Ensino Médio, buscando nesses referenciais um apoio para docentes empreenderem na jornada da abordagem desse assunto.

Palavras-Chave: Política. Sociologia. Ensino Médio. Desafios. Possibilidades.

Abstract: There are several barriers that hinder the work of Politics in High School in Sociology. However, beyond an overview of denunciation of reality, the objective of this work is an announcement of possibilities so that such an important theme is present in citizenship education, in defense of a more democratic society with more social justice. For this purpose, there is both a bibliographical research and the use of primary sources, laws and curriculum for High School, seeking in these references a support for teachers to undertake in the journey of approaching this subject.

Keywords: Policy. Sociology. High School. Challenges. Possibilities.

¹ Mestra em Educação pela Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL. Supervisora Pedagógica da Rede Estadual de Minas Gerais. ORCID: [0000-0001-7634-4334](https://orcid.org/0000-0001-7634-4334). E-mail: anapaulakarenina@yahoo.com.br.



Desafios e possibilidades do ensino de política no Ensino Médio em Sociologia

Ana Paula Ferreira

Introdução

Em tempos de intolerância partidária, crescimento das células neonazistas, de discurso reacionário nas redes sociais, de descredibilidade dos sindicatos, defesa do retorno da ditadura, avanço das pautas neoliberais e de um conservadorismo no campo das questões identitárias, percebe-se a urgente necessidade de se refletir sobre a política enquanto campo de diálogo, negociação e planejamento de um espaço público democrático e inclusivo. O campo da educação tem um importante papel nesse sentido, de construir bases e repertórios para escolhas que sejam mais conscientes e de preocupação com o bem coletivo na vida em sociedade.

Levando em consideração que a disciplina de Sociologia trabalha com a temática política com jovens do Ensino Médio e que esse público em breve participará de decisões políticas do país, no exercício da cidadania, esse texto busca elucidar desafios em se abordar o assunto para a partir desse diagnóstico, pontuar possibilidades de ação, tendo como eixo orientador os referenciais teóricos e normativos.

A fim de materializar esses objetivos propostos, inicialmente se faz um levantamento de gargalos econômicos, culturais e sociais que dificultam a vida política, seja em sociedade ou no tratamento do tema na escola. Em seguida, se organiza uma costura entre referenciais teóricos e legislativos e por fim, sinaliza-se três eixos importantes para se trabalhar com a política em sala de aula no Ensino Médio: a formação intelectual, moral e comportamental, entendendo a política na vida coletiva e em sociedade.

Ensinar política na escola: quais os desafios?

A escola é um espaço educativo que não está descolada da realidade na qual se situa. Relaciona-se com seu tempo e seu espaço e numa relação dialética, é impactada por condições sociais, culturais, econômicas e também exerce um impacto na formação dos sujeitos que vão atuar nessa realidade.

Segundo o artigo 205 da Constituição Federal Brasileira de 1988, um dos princípios da educação é a construção da vida cidadã. Posteriormente, em 2012, a



Desafios e possibilidades do ensino de política no Ensino Médio em Sociologia

Ana Paula Ferreira

Resolução n. 1 de 30 de maio, reforça esse princípio na Educação em Direitos Humanos, a qual pressupõe um trabalho ético, respeitoso, de tolerância às diversas leituras de mundo, uma prática dialógica, alimentada pela cultura da paz, que empodere aos alunos no sentimento de potência para uma ação social, consciente e refletida sobre a realidade, num protagonismo de pertencimento junto à comunidade, analisando os problemas e buscando na coletividade as possíveis soluções.

Pensar e agir visando o bem coletivo é o que define a ação política. Aristóteles (2007) afirmava que o objetivo da política era a felicidade. Isso porque “[...] o homem, por natureza, é um animal político” (ARISTÓTELES, 2007, p.56), não apenas por necessidade de estar próximo a seus semelhantes; mas diante da capacidade de comunicar e de distinguir o bem e o mal, a fartura e a carência, possibilitou-lhe a organização em família e sociedade, objetivando o bem comum. *Pólis* em grego era a palavra para designar cidade, ou seja, onde as pessoas viviam juntas em comunidade. Daí “política” ser o termo para se referir a forma de organização, decidir sobre problemas de interesse da coletividade (DALLARI, 1983). É considerada “arte” porque exige sensibilidade e criatividade para lidar com essas questões; é também considerada ciência porque é possível perceber algumas regras e elementos que estudados permitem antecipações de rotas ou caminhos que possuem mais chance de sucesso (DALLARI, 1983).

Se um dos diferenciais do ser humano em relação a outros seres é sua capacidade política, por que há desafios para uma participação política cada vez mais ampla e organizada? Refletir sobre isso é fundamental para se pensar na dificuldade de se trabalhar com a temática no próprio universo escolar.

Tendo por ponto de partida que a política deve primar pelo bem coletivo, ela se manifesta de diferentes formas. Numa sociedade cindida em classes sociais, organizam-se prioritariamente dois modelos: a política com vistas a conservar, a manter a divisão e a exploração dos grupos dominantes; mas concomitantemente também se manifesta a política informal, das ruas, das manifestações ou de representantes políticos que buscam alterar esse jogo de poder tão assimétrico em favor das classes dominadas. Isso é o que é



Desafios e possibilidades do ensino de política no Ensino Médio em Sociologia

Ana Paula Ferreira

chamado de luta de classes (CHAUÍ, 2008).

A luta de classes não é apenas o confronto armado das classes, mas está presente em todos os procedimentos institucionais, políticos, policiais, legais, ilegais de que a classe dominante lança mão para manter sua dominação [...]. Ela está presente também em todas as ações dos trabalhadores da cidade e do campo para diminuir a dominação e a exploração, indo desde a luta pela diminuição da jornada de trabalho, o aumento de salários, as greves, a criação de sindicatos livres, até a formação de movimentos políticos para derrubar a classe dominante (CHAUÍ, 2008, p. 71).

Numa perspectiva marxista, a instância que regula a exploração da classe dominante, defendendo sua propriedade e interesses, é o Estado (ENGELS, 1984). A ideia de Estado que se conhece hoje, como uma sociedade política e soberana, só advém no século XVI (DALLARI, 2006). Segundo Althusser (*apud* RÊSES, 2013), esse controle do Estado é feito por duas vias principais: Aparelhos Repressivos e Ideológicos. No primeiro caso estão as forças jurídicas, policiais que asseguram por meio da força a reprodução das relações capitalistas, já no segundo grupo estão as diversas instituições que reforçam a ideologia burguesa, de acumulação de capital e de relações pautadas na concorrência e no ganho individual. Dentre as instituições que cumprem esse papel estariam a escola, a família, o judiciário, os meios de comunicação e a religião.

Ora, se o Estado defende interesses de grupos privilegiados e se utiliza de instituições para disseminar a ideologia capitalista, e sabendo que política é um tema caro para que os grupos dominados consigam se organizar de maneira consciente, não é de interesse dos que detém o poder que esse assunto seja debatido ou culturalmente aceito.

Portanto, seguem alguns dificultadores de se trabalhar política na escola tomando por base a sociedade brasileira, para que ao conhecer melhor esses desafios, possam ser apontados possíveis caminhos.

A vida do labor

Uma das características de uma sociedade de classes é sua divisão para facilitar a exploração e dominação (CHAUÍ, 2008). Assim sendo, pessoas não apenas são separadas por classe social, como também por outras formas de hierarquização. Adultos se



Desafios e possibilidades do ensino de política no Ensino Médio em Sociologia

Ana Paula Ferreira

sobrepõe às crianças, pessoas sem deficiência tem privilégios sobre as que possuem, homens ficam em situação social de vantagem sobre as mulheres, brancos sobre os negros, trabalhadores urbanos tem mais credibilidade do que os trabalhadores rurais, dentre diversos outros exemplos.

Com o fortalecimento do neoliberalismo a partir dos anos 1970, a tendência de se trabalhar mais aumentou, referenciada pelas reformas trabalhistas e da previdência de cada país. A exploração do tempo trabalhado vai além de reformas que adiam a aposentadoria. Isso porque, na contemporaneidade embora haja mais máquinas que fazem o serviço humano, a jornada de trabalho não diminuiu, o que é um contrassenso em termos de humanidade, pois se a jornada fosse menor, abriria-se espaço para novas contratações, diminuindo a mazela do desemprego e contribuiria para que os trabalhadores vivenciassem mais tempo de lazer, ócio e inclusive a vida pública (RIBEIRO, 2017).

Por um lado, homens e mulheres comprometidos com o trabalho, sem tempo para a vivência política e, por outro, o pouco tempo que lhes sobra sendo preenchido por uma indústria midiática ou cultural que impõe narrativas únicas de se pensar o mundo, a si e ao outro.

Meios de comunicação: do “jeitinho brasileiro”² às fake news

A produção de informação divulgada na TV, rádio e jornais conta com o aceno das pesquisas acadêmicas que endossam o que está sendo divulgado. A universidade, espaço também de produção ideológica, serve ao capital, ao realizar pesquisas mais alinhadas à manutenção da divisão de classes e cria justificativas para essa desigualdade. É sob essa mira que Jessé Souza (2019) aponta sua crítica a Sérgio Buarque de Holanda, pois à medida que esse autor defendeu a visão patrimonialista, fez um convite para que os meios de comunicação disseminassem que a razão de todos os males sociais no Brasil

² Esse termo foi usado pelo antropólogo Roberto Da Matta e faz referência aos descumprimentos por parte dos brasileiros, podendo tanto servir como criatividade como corrupção. A ideia está ancorada nas produções de Sérgio Buarque de Holanda quando traz a figura do brasileiro como ser cordial, ou seja, as decisões e comportamentos estariam relacionadas a ordem do afeto e da emoção, e, portanto, colocando a ética em segundo plano.



Desafios e possibilidades do ensino de política no Ensino Médio em Sociologia

Ana Paula Ferreira

está assentada na corrupção.

Jessé Souza (2019) rebate que nosso Estado não é patrimonialista, apontando razões históricas, pois se o Brasil estivesse organizado sob o patrimonialismo, não teria desenvolvido seu parque industrial entre os anos de 1930 e 1980, cujo investimento foi estatal e quem mais lucrou foram os grandes detentores do capital.

Sergio Buarque ao entender que o Estado é organizado por políticos e seus “amigos”, fruto de uma condição do brasileiro em ser cordial, de agir de forma personalista, esconde o principal problema brasileiro que é a desigualdade econômica somada a desigualdade étnica, consequência do sistema escravagista. O mercado é poupado e o Estado satanizado (SOUZA, 2019).

Jessé Souza (2019) advoga que a lógica do “jeitinho brasileiro” além de diminuir os brasileiros como povo, obscurece o fato que a corrupção não é específica apenas de uma determinada cultura. Esse ideário foi tão introjetado que é muito comum na Arte se fazer referência a desonestidade como se fosse típica dos brasileiros, algo inato, da sua personalidade e de sua base cultural.

Entretanto, embora a corrupção dos tolos (desvios por determinados políticos) ganhe espaço na mídia e na arte, a corrupção real é camuflada e escondida (SOUZA, 2019). Auditoria da dívida pública, precarização do trabalho advinda com a Reforma Trabalhista, a injusta tributação de impostos que incide sobre os mais pobres, a dívida de empresas gigantescas com a Receita Federal, o entreguismo³ da Lava Jato, seriam alguns exemplos da verdadeira corrupção, uma vez que exploram tanto os recursos naturais do Brasil, quanto a força de trabalho de seu povo, perante uma elite econômica nacional e internacional.

Somado às notícias que remetem a uma criminalização, principalmente dos partidos de esquerda, há a propagação de *fake news*, potencializada com o advento da *internet* e redes sociais. Por vias de mensagens rápidas e imagens de efeito, contraria-se o tempo político que é lento por ser o tempo de tomada de medidas e de decisões. Além

³ Entreguismo é um termo recorrentemente utilizado quando um governo adota vendas de suas indústrias para o capital estrangeiro, colaborando para a desnacionalização de setores econômicos que seriam estratégicos para a soberania nacional.



Desafios e possibilidades do ensino de política no Ensino Médio em Sociologia

Ana Paula Ferreira

disso, classificou-se a ideia de corrupção como um desvio de caráter e sobretudo atrelada à esquerda, a qual foi considerada de forma paranóica a uma “ditadura comunista gay” ou ao “marxismo cultural” sem que conseguissem nomear de fato o que isso significava (MIGUEL, 2018).

O discurso de ódio é apresentado, na maioria das ocasiões, como a figura do meme, da frase irreverente, da piada que as pessoas não entendem como algo agressivo, violento a ser rejeitado. Pelo contrário, é exagero e histeria dos grupos que se dizem atacados. A banalização do ódio. Onde muitos de nós enxergamos discurso de ódio, enxerga-se, simplesmente, uma forma politicamente incorreta, bruta, folclórica de dizer as coisas (SOLANO, 2018).

Embora a *internet* pareça um espaço virtual de encontro com o diferente, as redes sociais são projetadas para o diálogo de bolhas, até para se facilitar as propagandas publicitárias para grupos específicos, com características também específicas, privatizando um debate que seria público. De acordo com Ribeiro (2018), os grupos de *Facebook* ficaram polarizados desde antes das manifestações de 2013, de um lado os petistas e de outro os anti-antipetistas. Nessa ambiência na qual o outro é tratado como inimigo, quando há o diálogo, ele é apresentado muito mais na tentativa de aniquilar a opinião divergente, do que na construção de propostas ou de construção de ideias.

Um grupo que contribuiu para elaboração de discursos falsos e de ódio contra classes e minorias sociais foi o *Movimento Brasil Livre*, MBL (CASIMIRO, 2018) e na ausência de checagem das informações, há uma rede de propagação em massa que se faz de maneira extremamente ágil, fazendo que muitos acreditem no que está sendo divulgado. Em cima disso se moveu “o ódio como política” sendo um perigo para a democracia (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Levitsky & Ziblatt (2018) na obra “*Como as democracias morrem*” detalham as mudanças nos tempos atuais de subida ao poder de governos autoritários que usaram dos mecanismos democráticos. Se antes se tinha a morte da democracia a olhos vistos, tal qual quando tropas no Chile, em setembro de 1973, bombardearam o Palácio e mataram o presidente Allende, atualmente esse ataque é pela via do voto: parlamentares que se negam a trabalhar em cooperação com o Executivo, ataques verbais violentos entre membros de partidos opostos, dúvidas sobre a legitimidade da votação, mentiras



Desafios e possibilidades do ensino de política no Ensino Médio em Sociologia

Ana Paula Ferreira

proferidas como se fossem verdades tirando a credibilidade de oponentes políticos.

Essa criação de mentiras não é aleatória, não é ocasional. É devidamente preparada para que o poder se estabeleça sob um falseamento da realidade para inibir ações conscientes contra às reais causas de exploração (CHAUÍ, 2008) reforçando a subordinação, os preconceitos, marginalizações sociais, intolerâncias e violências entre grupos.

A escola: referência para o saber (?)

O ponto de interrogação colocado de maneira proposital nesse subtítulo é uma provocação para reflexão. Isso porque a escola, sob um potencial de encontro e de diálogo entre pessoas diferentes, de conhecimentos distintos, tem a possibilidade de abrir canais de interpretação sobre o mundo, sobre as informações que são veiculadas, sobre as incertezas em relação à sociedade e a partir de um conhecimento crítico numa leitura da palavra e do mundo, buscar caminhos para uma sociedade mais justa e democrática (FREIRE, 2001).

Entretanto, o espaço educativo também sofre desafios. Em estudos para analisar a mobilidade social, Bourdieu (2014) identifica que não apenas há a interferência do capital econômico, como também capital social, linguístico e cultural. Esses capitais são validados pela escola, a qual se aproxima da cultura aristocrática e por isso é tão comum o êxito de estudantes que possuem um acervo cultural alinhado à instituição escolar e concomitante, o quanto é perverso o sentenciamento de fracasso daqueles cuja cultura não está expressa na escola. Daí o motivo de se perguntar: como é o saber disseminado na escola? Para conservação do sistema dividido em classes sociais ou para uma vivência da *práxis*, de se pensar e buscar um outro modelo de sociedade?

Freire (1987) chama a atenção nesse ponto e enfatiza que uma educação que induz a exploração do ser humano por ele mesmo, é uma educação bancária, silenciadora, verticalizada, na qual o professor é tido como o sujeito que detém o saber e ao aluno cabe apenas a assimilação e reprodução desse conhecimento. Esse formato de educar corrobora com um problema estrutural na escola, que é sua base histórica



Desafios e possibilidades do ensino de política no Ensino Médio em Sociologia

Ana Paula Ferreira

vinculada ao controle social e enquanto meio de distinção de classe e de grupos de privilégio, numa formação diferenciada entre líderes e liderados, opressores e oprimidos. Fornece-se para os filhos de trabalhadores uma educação superficial, subalterna ao capital, sob o controle de corpos com vistas a evitar as desordens sociais e no controle da subjetividade com forte apelo à lógica individualista, neoliberal, esquiva aos processos de humanização e direcionada ao consumo.

Desumaniza-se à medida que o ser humano se distancia daquilo que ontologicamente o caracteriza. Isso porque ao invés de produzir cultura é reduzido a mero consumidor; ao contrário de exercer plenamente sua capacidade política de negociação, é colocado em inúmeras situações de domesticação ou de barbárie; e, embora a linguagem seja uma das marcas humanas, é privado de se comunicar, principalmente em casos de discursos que firmam a ordem estabelecida.

Sob égide do controle social, a educação não traz um anúncio de uma sociedade mais digna e tampouco denuncia a crueldade do modelo vigente e na desumanização, retira-se o protagonismo de ambos, de professores e alunos. No caso dos primeiros, porque ficam reféns de currículos pré-fabricados e no caso dos segundos, porque continuam alheios a si mesmos e ao mundo, numa repetição de um conteúdo vazio, oco, distante da realidade objetiva.

Junto a essa dificuldade da escola em se aproximar dos grupos socialmente periferizados, estão os projetos que buscam silenciar os professores, sob uma justificativa que o papel da escola é apenas instruir. Caso o que for ensinado na escola confronte com os valores religiosos da família, essa teria o direito de reclamar. Assim sendo, o debate sobre a teoria da evolução, ou das religiões afro-brasileiras, ou a tortura na ditadura poderiam ser alvo de polêmica para uma família que defende criacionismo, que demoniza os orixás ou que tenha apreço pela ditadura (PENNA, 2018). Apesar de considerado inconstitucional o Projeto *Escola sem Partido*⁴ possibilitou uma mentalidade de medo e desconfiança de muitos pais e alunos que passaram a entender a escola como espaço de doutrinação ou transformação de jovens em gays ou lésbicas, quando o que

⁴ O Projeto foi considerado inconstitucional (PENNA, 2018), mas por outro lado, há deputados alinhados à direita conservadora que ainda buscam aprovação de projetos de leis que vão ao encontro da proposta.



Desafios e possibilidades do ensino de política no Ensino Médio em Sociologia

Ana Paula Ferreira

houve foi um pequeno avanço curricular baseado em leis que possibilitaram o ensino da história da cultura afro-brasileira e indígena (lei 11645/2008), ou um ambiente de maior tolerância baseado no Programa *Brasil sem Homofobia* (2004).

O nome do projeto foi propositalmente pensado para causar a dúvida: manifestar-se contrário a proposta é ser favor que a escola tenha partido? Não se trata de defender que a escola levante bandeiras partidárias, mas de reforçar que a escola precisa ser o espaço que promove discussões e diversidade de pensamentos e, portanto, é necessária a oposição a projetos de leis que fiscalizem aulas, que assediem professores ou que controlem o debate de vários temas que são considerados tabus, dentre eles, a própria política.

As dificuldades do Ensino de Sociologia

No que diz respeito ao ensino de Sociologia no Brasil, observa-se um movimento descontínuo, cheio de rupturas que se transfiguram uma das dificuldades da disciplina em se manter enquanto campo científico nas escolas. De acordo com Liedke Filho (2005) embora tenha sido criada na USP (Universidade de São Paulo) em 1932 objetivando formar uma elite cultural, em 1942 com a *Reforma Capanema* a Sociologia no ensino secundário não é mais obrigatória. No cenário da ditadura é substituída por Educação Moral e Cívica e no retorno do período democrático entidades civis organizadas fazem defesa da Sociologia como disciplina preparada para atender os valores de cidadania e engajamento sociopolítico. Em 2001 o presidente Fernando Henrique Cardoso vetou a obrigatoriedade da Sociologia do Ensino Médio, justificando que seus conteúdos poderiam ser interdisciplinares e que não haveria profissionais suficientes para atender a essa demanda. Em 2008, através da lei nº 11.684/2008 a Sociologia e Filosofia se tornam obrigatórias, porém em 2017, mediante a aprovação da Reforma do Ensino Médio novamente perdem *status* de áreas obrigatórias, cabendo a cada estado a reorganização dessas disciplinas.

Esse movimento de idas e vindas da Sociologia no currículo do Ensino Médio é um fator importante a ser observado, pois qualquer temática sociológica em sala de aula



Desafios e possibilidades do ensino de política no Ensino Médio em Sociologia

Ana Paula Ferreira

conta com esse desafio, haja vista que uma história descontínua não oferece uma permanente publicação de artigos ou de relatos de experiências que possam contribuir para com o professor. Somado a isso há o dificultador de uma carga horária menor e o risco de temas complexos serem tratados de forma superficial.

Ensinar política na escola: alguns princípios

Política é a arte da negociação, o exercício da oratória, da argumentação, do consenso ou do conflito em defesa de pautas, projetos ou políticas públicas. O espaço público é o espaço da política e não sem razão que na escola, sindicatos, ruas, igrejas, movimentos sociais, dentre outros, se manifesta a política, seja em formato de eleições, como questão decisória, ou tomada de determinada linha filosófica que norteia as decisões da instituição ou órgão.

Não basta respeitar as leis, é necessário que se construa seres humanos justos e bons (BENEVIDES, 1996). Isso significaria respeitar a ética e às instituições, a defesa do bem público acima do interesse privado; exercer as escolhas com responsabilidade; respeitar a todos independente de credo, sexo, classe social; seguir a vontade da maioria, mas levando em consideração a diversidade, através de um pluralismo crítico.

Para a socióloga Maria Victoria de Mesquita Benevides (1996) a educação escolar em cidadania exige um trabalho de anos, de contínua preparação para liberdade, igualdade, solidariedade e virtudes. Segundo a autora, esse trabalho político pedagógico é realizado em três principais frentes: a formação intelectual, a educação moral e a educação do comportamento. Em cima desses campos, será estruturada a importância de se trabalhar com o tema política.

A formação intelectual

Aqueles que não possuem conhecimentos, informações suficientes ficam segregados da capacidade de julgar (BENEVIDES, 1996). Portanto, é fundamental que os estudantes compreendam em educação política conceitos tais como poder, Estado, esquerda, direita, ideologia, democracia, ditadura, capitalismo, socialismo, cidadania



Desafios e possibilidades do ensino de política no Ensino Médio em Sociologia

Ana Paula Ferreira

(BNCC, 2017) dentre outros que possam lhe abastecer de conhecimentos para que suas escolhas políticas e de participação cidadã, sejam condizentes com sua perspectiva de vida e de mundo. Embora a educação para cidadania ou para a criticidade sejam muitas vezes atribuídos a disciplina de Sociologia (SARANDY, 2013), esses dois objetivos são finalidades da educação como um todo, principalmente do Ensino Médio, como diz o artigo 35 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases, 1996):

Art. 35. O Ensino Médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: [...] II - a **preparação básica para o trabalho e a cidadania** do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; III - o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do **pensamento crítico** [...] (LDB 9394/1996, art. 35, *grifo nosso*).

Benevides (1996) vai ao encontro dessa perspectiva e cita o papel da Literatura e das Artes que colaboram na sensibilidade humana e na imaginação de outros modelos de sociedade. A Base Nacional Curricular Comum (2017) também defende o uso da área de Linguagens na formação política e humana.

Cabe ao Ensino Médio aprofundar a análise sobre as linguagens e seus funcionamentos, intensificando a perspectiva analítica e crítica da leitura, escuta e produção de textos verbais e multissemióticos, e alargar as **referências estéticas, éticas e políticas** que cercam a produção e recepção de discursos, ampliando as possibilidades de fruição, de construção e produção de conhecimentos, de compreensão crítica e intervenção na realidade e de participação social dos jovens, nos âmbitos da cidadania, do trabalho e dos estudos (BNCC, 2017, p. 490, *grifo nosso*).

Aliás, a interdisciplinaridade é um recurso previsto e valorizado na BNCC (2017) que entende que a formação humana não pode se fazer de maneira fragmentada, mas sim, sob um viés global, de desenvolvimento cognitivo, moral, social, afetivo. No que tange a parte de Ciências Humanas, a BNCC (2017) destaca que a política ocupa papel central, devendo ser entendida desde sua organização na Grécia Antiga como meio de pensamento filosófico e exercício argumentativo para a definição dos rumos da cidade, até os tempos atuais e sua utilização como meio de se evitar a barbárie, a tirania, as violências. As competências vinculadas a Ciências Humanas que devem ser promovidas juntos aos estudantes, fazem referência a análise de processos políticos sobre os



Desafios e possibilidades do ensino de política no Ensino Médio em Sociologia

Ana Paula Ferreira

diversos espaços, do local ao mundial (competência número 1), a adoção de princípios democráticos (competência número 5) e a participação de debates públicos (competência 6).

A fragilidade democrática deve ser exposta aos estudantes como forma de encararem nossa organização política ainda muito caracterizada numa história escravocrata e desigual.

Por outro lado, essa denúncia, essa crítica em relação a arquitetura política e econômica brasileira deve ser apenas um passo. É apenas ponto de partida, numa busca de ferramentas de superação. Por isso que Paulo Freire (1979) fala de denúncia, mas não deixa de lado o anúncio, ou melhor, há a crítica, mas também há a esperança, a qual não é a daqueles que esperam, mas do que partem para um protagonismo atuante, sensível e orgânico.

A educação moral

Elementos indispensáveis para uma formação política são os valores republicanos e democráticos (BENEVIDES, 1996). Isso significa repúdio a qualquer forma de privilégio, e uma aliança estreita entre a liberdade e a igualdade, que precisam estar juntas para uma educação democrática. Sem liberdade, não há luta por direitos sociais que visam a diminuição da desigualdade de origem. Por outro lado, sem a igualdade não há liberdade plena para se usufruir direitos.

Aristóteles (2007), já na Antiguidade, ao buscar entender a democracia, já sinalizava esse encontro entre a liberdade e igualdade, e alertava sobre os riscos de rebeliões sociais quando a riqueza está concentrada na mão de poucos. Sugere inclusive que a desigualdade econômica não seja gritante, pois isso romperia com a democracia, diante do afastamento político daqueles que precisam trabalhar por mais tempo para conseguirem o sustento da família.

O combate à desigualdade mediante uma tomada de princípios éticos e democráticos, sob respeito aos Direitos Humanos, também é reforçado pela BNCC na área de Ciências Humanas, na competência número 5. Combater é buscar superação, não



Desafios e possibilidades do ensino de política no Ensino Médio em Sociologia

Ana Paula Ferreira

é apenas uma atitude passiva, de quem assiste. Exige posicionamento, diálogo, enfrentamento. Isso é valor de resistência frente às injustiças sociais, superando a lógica de uma cidadania ordeira, cativa, que não problematiza as desigualdades (ARROYO, 2002).

Uma escola que se faça para fins de construção de uma cidadania deve tomar como valores os princípios democráticos, de alternância de poder, no qual estudantes votem por gestões próximas às suas demandas, que haja espaço para também representarem seus grupos, seja através de grêmios, coletivos estudantis, ou outra forma de organização. Além desses direitos políticos, deve ser assegurado direitos civis, de se avaliar determinado comportamento, sob prova de que o mesmo ocorreu; direito de liberdade de expressão que pode ser potencializada com um jornal escolar, assembleias ou reuniões periódicas em que os estudantes se sintam a vontade de refletirem a escola.

Se é necessário que se conheça sobre política, é tanto quanto necessário que seja vivenciada. Isso se dá com base no conflito (que é diferente de confronto) e consenso. A divergência de ideias, a postura de respeito pela opinião alheia, fazem parte do conflito e é saudável para o desenvolvimento de uma sociedade democrática. Já o consenso é a capacidade de amarrar propostas diferentes, negociando que cada uma seja contemplada, num processo de síntese, no qual, pode ocorrer que certas partes iniciais tenham sido subtraídas, mas com a finalidade de se construir algo a várias mãos, contemplando o maior número de pessoas (CORTELLA; RIBEIRO, 2010).

A educação do comportamento

Benevides (1996) nesse ponto fulcral, defende uma educação que se assente na cooperação ativa, no interesse coletivo, na tolerância. Uma educação que se faça com o outro e de maneira participativa, não pode ser arquitetada sob uma linha dogmática, alienada, arbitrária. Se o objetivo é a formação de pessoas que tenham comportamentos democráticos, que respeitem a opinião alheia, que estabeleçam uma leitura crítica da realidade e percebam caminhos para superação das desigualdades e mazelas sociais, é importante que vivenciem essas práticas na escola, que a existência escolar lhes abasteça



Desafios e possibilidades do ensino de política no Ensino Médio em Sociologia

Ana Paula Ferreira

de um referencial de luta coletiva, de mobilização, de participação na vida social.

É fundamental a participação da comunidade escolar nas decisões curriculares. Isso não significa entendê-la sob a lógica do mercado e a educação como mercadoria, tal o que é apresentado pela *Ação Movimentista*, quando seu idealizador, Miguel Nagib, afirmou que se inspirou no Código do Consumidor (MATTOS et. al, 2017). O peso da comunidade é justamente para trazer pontos relevantes para serem debatidos no ambiente escolar. Aliás, até mesmo questões como sexualidade e gênero, que receberam investidas conservadoras, são temas levantados pelos próprios estudantes que procuram na escola um diálogo e uma seriedade no tratamento que muitas vezes não encontram em outros lugares (MATTOS et. al, 2017).

Se o currículo é um local de disputa, o que deve ou não ser trabalhado na educação? Para responder essa pergunta há contribuições valiosas de Paulo Freire (1993) sobre o papel de uma educação progressista, popular e diretiva. Progressista porque compreende as relações históricas e busca modificações de libertação dos oprimidos e, portanto, se distancia da visão progressista burguesa que concebe a educação como trampolim para o sucesso de uns sobre o fracasso de outros. Popular, pois, como o próprio já diz, a educação está vinculada ao povo, concebendo-o como agente de extrema importância para as mudanças históricas. E, por último, diretiva porque o educador também deve se comprometer com as transformações e direcionar não ao ponto de sufocar a cultura popular, mas a partir dela buscar superações para o conhecimento científico, de forma dialógica.

O fortalecimento dessa filosofia escolar se constrói nas relações e quanto mais plurais, mais dialógicas e democráticas, mais a possibilidade de escolhas assertivas de acordo com o grupo pertencente aquele local. A própria Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96) assegura no seu artigo 14 que a participação das comunidades escolar e local.

Isso significa ampliação do leque de participação, uma participação que não se faça apenas no campo do cumprimento do que foi acordado, mas no campo das decisões do que será estipulado na vida pedagógica e escolar. Se falar de política é falar de poder, e de vivência desse poder, os estudantes precisam ser incentivados a cada vez ocuparem



Desafios e possibilidades do ensino de política no Ensino Médio em Sociologia

Ana Paula Ferreira

espaços deliberativos, de modo consciente e por isso, é fundamental que os princípios que regem a instituição sejam coletivamente pensados e registrados no Projeto Político Pedagógico, documento norteador, onde ficam definidos o ponto de partida (marco situacional), onde pretende chegar, ou melhor, qual ser humano pretende formar e para qual tipo de sociedade (marco político) e quais as ações pedagógicas que serão planejadas para se buscar essa concretização na escola – marco pedagógico (GEMERASCA; GANDIN, 2002). É nesse documento que a escola pode se planejar para criação ou desenvolvimento do vínculo com a comunidade, grêmios, assembleias estudantis.

No campo da Lei, há também referências que contribuem para essa vivência. A competência específica de número 3 da área de Linguagens (BNCC, 2017) sinaliza sobre a importância de o estudante vivenciar o protagonismo na vida coletiva, com uma postura crítica e responsável.

A fim de que os estudantes tenham uma clareza e atuação mais aprofundada sobre as questões políticas, a BNCC propõe uma metodologia ativa, concatenada à atualidade e à juventude e sugere que se façam momentos de leitura e debate sobre leis e em que medida estão sendo concretizadas; análise de campanhas e programas políticos; acompanhamento de mandato de governantes; reclamação de direitos; participação na vida pública, inclusive meios digitais; discussão de políticas públicas; elaboração de textos que colaborem para projetos de leis.

A BNCC na área de Ciências Humanas também incentiva essa participação quando diz em sua competência específica 6 que o sujeito deve:

Participar, pessoal e coletivamente, do **debate público de forma consciente e qualificada**, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (BNCC, 2017, *grifo nosso*)

Nessa perspectiva, a cidadania não aparece como mero enfeite, vinculada a ideia de patriotismo e defesa irrestrita da Nação. Não é tampouco o que Arroyo (2002) chama de moralismo estéril, haja vista que política nessas circunstâncias colocadas pela BNCC não é concebida como algo negativo, que deve ser desprezado, como se ao renunciar ao



Desafios e possibilidades do ensino de política no Ensino Médio em Sociologia

Ana Paula Ferreira

poder tudo se tornasse fraterno, afinal “[...] não será desprezando o poder que se fortalecerá o povo para a conquista e o exercício do poder” (ARROYO, 2002, p. 63).

A educação política, atenta a realidade e com tom propositivo para uma ação junto à comunidade é também endossada pelo *Caderno de Educação em Direitos Humanos* (BRASIL, 2013) o qual enfatiza que a formação política promove o empoderamento, possibilitando que os sujeitos se sintam mais capazes e confiantes na defesa da coletividade.

Essa compreensão se alinha com Carvalho (2004) que ressalta que a cidadania está relacionada com a participação orgânica, com a luta por direitos e não apenas com o direito de votar ou de participar da política oficial. Uma formação política que se alie a prática cria condições para a vivência de uma cidadania que fortalece a identidade popular, seu poder reivindicatório, na elaboração conjunta de um projeto de sociedade de modo que todos tenham acesso aos direitos políticos, civis e sociais.

O encorajamento para reivindicação pode advir de um aguçamento histórico que mostra que esses direitos só se corporificaram mediante manifestações dos trabalhadores ou das minorias políticas (CARVALHO, 2004). A própria história também faz lembrar o quanto a centralização das decisões não é benéfica para a população. Exemplo disso foi no período de ditadura militar que limitou a participação dos municípios e mesmo perante uma conjuntura na qual se tinha índices altíssimos de mortalidade infantil, fome, falta de moradia ou de saneamento básico; em contraposição, o governo investia recursos vultosos em obras faraônicas da Transamazônica, Itaipu ou Ponte Rio-Niterói (RIBEIRO, 2017).

Buscar um poder local é um mecanismo de aumentar a democratização, de desburocratizar, de trazer à tona o protagonismo da população quebrando a lógica de que alguns lideram e outros cumprem ordens. É uma estratégia de resistência em relação a projetos que beneficiam apenas às corporações e a elite econômica. Para tal intento a escola precisa se reinventar, pois se hegemonicamente é uma instituição de controle e de segregação, é imprescindível um movimento contra hegemônico para torná-la mais viva, sob a luz de valores democráticos e com ampla participação



Desafios e possibilidades do ensino de política no Ensino Médio em Sociologia

Ana Paula Ferreira

estudantil e de sua comunidade.

Além de uma contribuição na formação na ativa em sociedade, trabalhar com política em sala de aula é colaborar para um pensamento e uma ação que vá além de projetos individuais. Embora muitas pessoas não se aproximem da política justificando seu caráter não ético, na verdade a ausência de participação acarreta uma série de problemas na democracia. Primeiro porque a omissão permite que poucos decidam pela maioria. Segundo porque ao abrir mão da responsabilidade de influir no debate, abre-se espaço para um pequeno grupo continuar dominando, de acordo com seus interesses, geralmente atrelados a manutenção do *status quo*, da ordem e da disciplina. Terceiro porque se nega um direito que foi arduamente conquistado pela humanidade, afinal a decisão sobre questões públicas era inicialmente centrada numa elite, no século XVII a burguesia conquistou esse espaço e no século XIX, diante das diversas manifestações do proletariado, os trabalhadores foram conquistando esse direito (DALLARI, 1983).

Política nossa de cada dia e a política em sala de aula

Diante do entendimento de que o ser humano é um ser político, a política está no nosso cotidiano, nos circunda, embora nem sempre se faça clara e visível. Isso exige o tratamento do olhar. O cotidiano é o lugar comum do estudante, mas seu olhar sobre ele está tão acostumado, que não percebe as relações de poder, a ideologia, as desigualdades, os preconceitos, os problemas sociais. Tudo isso ao longo dos anos foi naturalizado e ter a compreensão do espaço que ocupa, bem como a percepção de seu papel de criar e recriar novas realidades é possível diante de duas capacidades sociológicas: a de estranhamento e da desnaturalização (TOMAZI, 2013).

Estranhar é admirar-se, espantar-se, surpreender-se, não se conformar, relutar, incomodar-se. É uma condição essencial para o pensamento filosófico e científico, pois vai além do duvidar, é um elemento de quem busca resposta, de quem quer compreender, que quer descobrir certas incógnitas e o que era tido como banal começa a ter importância e outros sentidos. Quem se espanta declara ignorância e não certezas e para fugir da ignorância que há o movimento de busca pela verdade, por respostas.



Desafios e possibilidades do ensino de política no Ensino Médio em Sociologia

Ana Paula Ferreira

Acostuma-se a alguns fenômenos que ocorrem. Uma ilustração desta afirmação é quando vemos o horizonte e imaginamos que a Terra é plana, ou quando vemos o trajeto do sol no céu e pensamos que o céu que está em volta da Terra. Foi necessária uma perspectiva de estranhamento para fugir do que os olhos nos enganavam, do que nossa percepção nos traía.

O mesmo ocorre com as Ciências Sociais e por isso a importância de desnaturalizar, ou seja, ir além do que é tido como comum, compreender que fenômenos sociais são resultados de ações humanas, não é ato divino, nem natural; dessacralizar a realidade; historicizar para tirar a concepção natural e criar condições dos sujeitos agirem de forma cada vez mais comprometida e consciente sobre o seu meio social.

Para conseguir cumprir esse empreendimento da desnaturalização e estranhamento, a Sociologia se sustenta num tripé: educacional, científico e político (SARANDY, 2013) e, retirar qualquer uma dessas partes, é fragilizar a importância desse componente curricular para a democracia e no desenvolvimento do ser humano. Seu caráter educativo está no desenvolvimento dos sujeitos, de sua capacidade cognitiva e de tomada de decisão, seja adaptando-se ao mundo ou buscando sua transformação. Já a base científica está em oferecer aos estudantes seu objeto de estudo, teorias e métodos que facilitem o desvendamento da realidade, sob um olhar científico, para além do senso comum. Por fim, sua fundamentação política relaciona-se com a leitura crítica sobre a sociedade e as possíveis intervenções.

Compreender estes três aspectos ou dimensões (científico, político, educacional) do ensino da Sociologia e a tensão que existe entre eles é importante para que a disciplina não seja transformada em algo extremamente científico (quase técnico, logo num ensino academicista), ou em aulas de politização (nos mais diferentes matizes, logo num ensino orientado ideologicamente), ou em aulas de educação genérica (como uma discussão moral e cívica, por exemplo) (SARANDY, 2013, p. 70).

Aulas de Sociologia podem contribuir nos debates de temas sobre desigualdade, estrutura, poder, hegemonia, dentre outros. Porém é importante que as aulas sejam dialógicas, horizontais, pois alimentar a capacidade discursiva do estudante é permitir que pensem, falem e produzam sentido sobre a sociedade. A articulação entre a teoria sociológica e a arte também é bem vinda haja vista que a literatura, o cinema, a artes



Desafios e possibilidades do ensino de política no Ensino Médio em Sociologia

Ana Paula Ferreira

plásticas e o teatro proporcionam a sensibilidade e a empatia em relação ao outro, possibilitando que o estudante saia do interesse privado para se ligar aos interesses de natureza pública, de preocupação com o coletivo. Práticas de júri simulado, de vivências escolares de escolhas e decisões sobre o todo, assembleias, grêmios, análises de situações problemas e busca de possíveis alternativas, são exercícios que ajudarão nesse entendimento de que cidadania é um ato contínuo, organizado, planejado, para o bem comum.

Outra sugestão de metodologia ativa diz respeito ao uso das redes sociais com a finalidade pedagógica. Após uma sequência didática e aula dialogada atenta a vários subtemas do campo político, com mediações de trechos de filmes, o professor pode se valer de uma avaliação dos estudantes usando a ferramenta de salas de bate papo virtuais ou mesmo aplicativos de comunicação. Isso porque polêmicas tais quais “Pra que serve a política?”, frases de efeito como “O problema do Brasil é o jeitinho brasileiro” ou concordância ou não com o discurso de “Direitos Humanos para humanos direitos” podem servir de estopim para um debate virtual onde os estudantes se vejam na condição de defenderem seus pontos de vista, usando o arcabouço teórico das aulas e sabendo que serão avaliados inclusive pelo posicionamento cordial e respeitoso.

Tolerância, capacidade de ouvir/ ler o argumento do outro, empatia, uso de dados, e de fontes verdadeiras, tudo isso será avaliado como habilidade socioemocional. Esse tipo de avaliação, permite não apenas observar a apreensão do conteúdo em si, mas serve para que discutam e debatam com mais propriedade, contribuindo para que quando estiverem de fato nas redes sociais, se lembrem dessa vivência promovida e possam fazê-la nos valores humanos e democráticos.

Palavras finais

Abordar o tema “política” em sala de aula tem inúmeros desafios estruturais e conjunturais. Por outro lado, a escola é um espaço de disputa e conflito, e ao sistematizar o saber e torná-lo acessível aos estudantes das classes populares, esse conhecimento pode gerar uma potência para o questionamento em relação às estruturas de dominação,



Desafios e possibilidades do ensino de política no Ensino Médio em Sociologia

Ana Paula Ferreira

um entendimento melhor de si enquanto sujeito, um descortinamento da realidade.

Diante de um quadro de avanço do neoconservadorismo, de cerceamento da palavra, de negação da criticidade, os professores se viram inseguros em trabalhar determinados temas em salas de aula, dentre eles, a política. Daí que um dos objetivos deste trabalho foi mostrar não apenas os percalços de se abordar o assunto, mas também o campo de alternativas viáveis, amparadas por leis e referenciais teóricos, de modo a trazer para os docentes uma condição de amparo para uma educação mais libertadora.

As condições elencadas estão dentro das seguintes categorias: a formação intelectual, educação moral, educação do comportamento. Isso porque é necessário se pensar temas políticos (socialismo, capitalismo, esquerda, direita, etc.), ao mesmo tempo se consolidar e sensibilizar para valores democráticos (pluralidade de ideias, tolerância, respeito a diversidade) e concomitante, uma tomada de ação, de participação na vida pública, a começar na própria escola, rompendo silêncios, ausências e desconstruindo o paradigma de que alunos não são capazes de escolher e de pensar coletivamente.

Para essa ação integral entre pensar, sentir e agir, é necessária uma educação que se faça também integral, com contribuições de diversas áreas do saber. A Sociologia por sua vez, traria a riqueza das condições de desnaturalização e de estranhamento, para que os sujeitos consigam perceber melhor seu contexto, e ao compreendê-lo possam protagonizar as mudanças.

Referências

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2007.

ARROYO, Miguel G. Educação e exclusão da cidadania. *In*: BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?** 10 Ed. - Questões da Nossa Época. São Paulo: Cortez, 2002.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Educação para a democracia. **Revista Lua Nova**, n. 38, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.



Desafios e possibilidades do ensino de política no Ensino Médio em Sociologia

Ana Paula Ferreira

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, dez. 1996.

BRASIL. **Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, mar. 2008.

BRASIL. **Lei n. 11.684, de 2 de junho de 2008**. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Brasília, jun. 2008.

BRASIL; **CEDH - Caderno de Educação em Direitos Humanos**: diretrizes nacionais. Brasília, DF: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR; Direitos Humanos; Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. *In*: GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política** – a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução Nº 1, de 30 de maio de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, 31 de maio de 2012 – Seção 1 – p. 48. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos

CORTELLA, Mario Sergio; RIBEIRO, Renato Janine. **Política para não ser idiota**. Campinas: Papyrus, 2010.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família**: da Propriedade Privada e do Estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.



Desafios e possibilidades do ensino de política no Ensino Médio em Sociologia

Ana Paula Ferreira

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 17ª ed., 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**: ensaios. 6 Ed. - São Paulo: Cortez, 2001.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIEDKE FILHO, Enno D. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. **Sociologias**, ano 7, n. 14, 2005, p. 376-437.

MATTOS, Amana. Educação e liberdade: apontamentos para um bom combate ao Projeto de Lei Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017, p. 87-104.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

PENNA, Fernando. O discurso reacionário de defesa de uma “escola sem partido”. In: GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

RÊSES, Erlando da Silva. Mundo da política e o significado do poder. In: MORAES, Amaury, et. al. **Curso de Especialização em Ensino de Sociologia para o Ensino Médio**. Cuiabá, Mato Grosso: Central de Texto, 2013, p. 191-197.

RIBEIRO, Renato Janine. **A boa política**: ensaios sobre a democracia na era da internet. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SARANDY, Flávio. O caráter político, científico e educacional da disciplina Sociologia. In: MORAES, Amaury, et. al. **Curso de Especialização em Ensino de Sociologia para o Ensino Médio**. Cuiabá, Mato Grosso: Central de Texto, 2013, p. 67-70.

SOLANO, Esther. Crise da Democracia e extremismos de direita. **Revista Análise**, n. 42, 2018.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão a Bolsonaro. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.



Desafios e possibilidades do ensino de política no Ensino Médio em Sociologia

Ana Paula Ferreira

TOMAZI, Nelson Dacio. Estranhamento e desnaturalização. *In: MORAES, Amaury, et. al. Curso de Especialização em Ensino de Sociologia para o Ensino Médio*. Cuiabá, Mato Grosso: Central de Texto, 2013, p. 71-76.